

RELATÓRIO E CONTAS 2002



Banco  
**Interatlântico**  
Grupo Caixa Geral de Depósitos

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS  
• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

## Índice

	páginas
Conjuntura Económica Financeira – Internacional	3
Conjuntura Económica Financeira – Nacional	4
Indicadores Gerais	4
Sistema Financeiro	6
Análise da Actividade do Banco	7
O ano em resumo	7
Indicadores	9
Análise comparativa do Balanço	10
Análise comparativa da Dem. Resultados	11
Rácios Prudenciais	14
Organização e Recursos Humanos	14
Informática	15
Recursos Humanos e Estrutura do Pessoal	16
Formação e Acção Social	17
Eventos de carácter sociocultural	18
Balanço a 31 de Dezembro	19
Demonstração de Resultados	20
Estrutura Accionista	21
Lista dos Accionistas	22
Proposta de Aplicação dos Resultados	23
Notas Explicativas	24
ANEXOS:	28

## 1. Economia Internacional

O ano de 2002 foi marcado por uma ligeira recuperação da economia mundial, para a qual contribuiu a aceleração da actividade económica nos EUA e nos países do sudeste asiático.

A economia norte-americana registou um crescimento do produto da ordem dos 2,3% contra apenas 0,3% verificados em 2001.

Contrastando com a reanimação da economia dos EUA, as principais economias da UE verificaram, no decurso de 2002, um significativo arrefecimento da actividade económica. Por seu turno, o PIB da economia japonesa apresentou uma contracção de 0,6%.

A manutenção da crise na Argentina, a par do agravamento da situação económica e social na Venezuela, na segunda metade do ano, contribuíram significativamente para o arrefecimento da actividade económica e para instabilidade financeira na generalidade dos países da América Latina.

No intuito de restabelecer a confiança dos agentes económicos e de incentivar o investimento empresarial, o FED e o BCE mantiveram uma postura expansionista no domínio da política monetária, reduzindo, no final do ano, as suas taxas de referência em 0,5 pontos percentuais

Em 2002, o euro evidenciou uma significativa apreciação em relação à divisa americana. O comportamento do euro espelhou as incertezas dos investidores relativamente ao impacto que uma eventual intervenção no Iraque poderá ter sobre os preços do petróleo e os mercados financeiros internacionais, conferindo ao euro o estatuto de moeda refugio.

Simultaneamente, a manutenção de um diferencial positivo elevado, entre as taxas de juro do euro e do USD contribuíram para reforçar a tendência de apreciação da divisa europeia.

No final do ano, a taxa de câmbio do euro face ao dólar americano ascendeu a 1,0487, contra 0,8813 registados no mesmo período do ano 2001.

Relativamente à divisa norte americana, o euro registou uma apreciação média anual da ordem dos 5,5%. Por outro lado, face ao iene japonês e à libra esterlina a apreciação foi de 8,6% e 1,1%, respectivamente

Em 2002, manteve-se a tendência de queda dos mercados accionistas mundiais. Os principais índices de acções registaram quedas assinaláveis e, em diversos casos, pelo terceiro ano consecutivo. Diversos índices, entre os quais o Dow Jones, o FTSE, o N225, o HSI e o IBEX, caíram mais de 15% no ano.

## 2. Economia Nacional

### 2.1 - Indicadores Gerais

RÚBRICAS	UNIDADES	REAL		
		2000	2001	2002
PIB Real	Varição	6,6	4,3	5,0 a)
PIB Nominal	Milhões Contos	63,60	66,70	71,10 b)
Cambio Médio Anual	USD/CVE	115,90	123,20	117,30
Inflação	Média Anual	-2,4	3,7	1,9
Défice da BTC/PIB	%	-11,20	-10,30	
Desemprego	%	21,30	24,50	16,90
Massa Monetária	Milhões Contos	41,55	45,57	52,13 c)
Massa Monetária	V.anual %	13,30	9,18	14,40 c)
Reservas Cambiais	Meses de Importação	0,80	1,60	1,90 d)
Crédito Interno Total	Varição	24,80	6,90	14,26 c)
Crédito SPA	Varição	55,50	-0,60	15,76 c)
Crédito à Economia	Varição	2,26	15,10	12,83 c)

obs - a) Dados OGE 2003

b) Projeções do INE e FMI

c) Dados provisórios de Dezembro 2002

d) Dados até 3º trimestre 2002

Fonte: BCV

A economia Cabo-verdiana registou em 2002 uma melhoria nos principais indicadores económicos, nomeadamente, PIB, inflação e desemprego.

O Produto Interno Bruto - PIB cresceu 5 por cento, mais 0,7 p.p. face a 2001. Essa melhoria foi reflexo da evolução do Consumo, como consequência da actualização salarial e do Investimento Público, dado o aumento dos donativos, do crédito externo e do Investimento Privado, devido em parte, à redução das taxas de juro nominais e ao aumento das Exportações.

A inflação média apresenta um decréscimo a partir de Março de 2002, fixando-se em 1,9 por cento em Dezembro de 2002, 1,8 p.p. abaixo dos 3,7 por cento verificados em 2001.

Esse facto reflecte o esgotamento dos efeitos induzidos pela actualização dos preços dos combustíveis.

A taxa de desemprego atingiu 16,9 por cento no quarto trimestre, 7,6 p.p. abaixo dos 24,5 por cento registados em 2001. Essa considerável descida é justificada essencialmente pelo facto de ter havido um alargamento na base de amostragem utilizada pelo IEFP no cálculo da taxa de desemprego.

No tocante à Política Cambial e dada a paridade fixa entre CVE/PTE, como consequência do Acordo de Convertibilidade assinado entre os governos de Cabo Verde e Portugal, a taxa de câmbio efectiva nominal registou algumas oscilações, reflectindo as variações do Euro em relação ao dólar, tendo o câmbio USD/CVE passado de 123,2 em finais de 2001 para 117,3 em Dezembro de 2002.

Em Setembro de 2002 o saldo acumulado da Balança de Capitais e de Operações Financeiras foi de 2.671,8 milhões de escudos contra 1.975,9 milhões de escudos em Dezembro de 2001. Essa melhoria deve-se fundamentalmente ao aumento significativo registado no Investimento Directo Externo que passou de - 60,3 milhões de escudos no final de 2001 para 789,2 milhões de escudos no 3º trimestre de 2002.

As reservas, em meses de importação, atingiram em Setembro o equivalente a 1,9 meses, muito abaixo do registado em Maio, devido essencialmente ao aumento das Importações a partir do 2º trimestre e diminuição nas Exportações. Como consequência a Cobertura das Exportações/Importações de Bens agravou-se, atingindo -11.508 milhões de

escudos no 3º trimestre contra -10.921,5 milhões de escudos em Junho do mesmo ano e -10.846,2 milhões em Dez 2001.

A Massa Monetária apresentou um acréscimo de 14,4%. Em termos absolutos, cifrou-se em 52,1 milhões de contos em 2002 contra os 46,6 milhões de contos em Dezembro de 2001, devido essencialmente ao acréscimo significativo nos depósitos de emigrantes (16.909,1 em 2002 fase a 13.820 milhões escudos de 2001).

O Crédito interno líquido, no final de Dezembro de 2002, apresentou uma taxa de crescimento positiva de 14,26% face a 2001, explicada sobretudo pelo acréscimo que se registou no Crédito ao Sector Público Administrativo de 15,76% e de 12,83% no Crédito à Economia.

Em termos absolutos o crédito ao sector público administrativo passou de 21.416,5 milhões de escudos em 2001 para 24.791,3 milhões de escudos em Dezembro 2002, devido em parte à reclassificação de algumas dívidas do Estado e do recurso ao financiamento das necessidades do Governo junto do sistema bancário. O Crédito à Economia aumentou de 22.239,8 milhões de escudos para 25.092,8 milhões de escudos.

De registar um reforço nos activos externos, mais acentuado nos primeiros meses de 2002 o que levou as reservas oficiais de divisas a alcançarem, em Maio, um patamar equivalente a 2,5 meses de importação contra 1,6 no final de 2001, consequência, por um lado,

da melhoria observada ao nível da balança de pagamentos, e por outro lado, de um fenómeno excepcional que assumiu dimensões inesperadas que tem a ver com o efeito da introdução das notas e moedas Euros, no início de 2002, que terá determinado um afluxo ao sistema bancário de poupanças em moeda estrangeira, do cabaz do EUR. Assim, o aumento global dos activos líquidos do BCV em cerca de 27 milhões EUR, a partir do último trimestre de 2001, reforçou a sustentabilidade do regime cambial e, por conseguinte, a estabilidade financeira.

## 2.2 Sistema Financeiro

A actividade bancária durante o ano de 2002 desenvolveu-se num contexto macro-económico caracterizado pelo seguinte quadro:

- política monetária orientada no sentido da manutenção da estabilidade dos preços e da paridade do escudo CVE ao EUR ;
- política fiscal restritiva ;
- forte balança de pagamentos ;
- baixa taxa de inflação ;
- privatização ou liquidação de Empresas Públicas ;

De sublinhar a aprovação no ano anterior da nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde (Lei n.º 10/VI/2002) que define a independência do Banco de Cabo Verde e fixa as condições de financiamento ao Estado estabelecendo que a título transitório, e até o conveniente desenvolvimento do mercado de capitais, o Estado pode recorrer a uma conta aberta no Banco de Cabo Verde, remunerada à taxa de redesconto, cujo saldo devedor não poderá, em nenhum momento, exceder 5% das receitas correntes cobradas no último ano e deverá ser totalmente liquidado, até 31 de Dezembro de cada ano.

O Banco de Cabo Verde publicou um conjunto de Avisos com o objectivo de reforçar o papel da Supervisão Bancária num contexto de maior liberalização e concorrência no mercado financeiro, tais como:

- Avisos n.º1 e 2/2002 que modifica os quadros de elementos estatísticos dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel e de acidente de trabalho, bem como a periodicidade das informações que as seguradoras devem remeter ao Banco de Cabo Verde;
- Aviso n.º3/2002 que autoriza a Sociedade Cabo Leasing Internacional S.A a exercer a sua actividade nos termos permitidos por lei; Aviso n.º 4/2002 que reduz o prazo de aceitação pelo Banco de Cabo Verde das notas dos Estados Membros participantes na UEM;
- Avisos n.ºs 5,6,7 e 8/2002, que definem regras idênticas para todas as instituições (além da Banca) sujeitas à supervisão, do âmbito de aplicação dos Avisos de Cobertura do Imobilizado, Rácio Solvabilidade, Fundos Próprios e Controle de Grandes Riscos.

É de assinalar as seguintes publicações:

- Portaria n.º 4/2002 que autoriza a constituição de uma Instituição, com a denominação de Banco Fiduciária Internacional (IFI), SA;

- Portaria n.º 24/2002 que autoriza a sucursal do Banco Totta a transformar-se num Banco de direito Cabo-verdiano, o Banco Totta Cabo Verde
- Lei n.º 17/IV/2002 que estabelece medidas de natureza preventiva contra a Lavagem de Capitais e Outros Bens.

È de realçar também no exercício anterior o aumento do imposto sobre o lucro de 20% para 35% conforme o Orçamento Geral do Estado aprovado para o ano 2002.

No que se refere ao mercado da dívida pública, marcado pela diminuição das necessidades de financiamento do Estado junto do sistema bancário, registou-se a partir do segundo trimestre de 2002, reduções substanciais nas taxas de colocação dos Bilhetes de Tesouro. De referir que a taxa de colocação a 3 meses que atingiu valores à volta dos 10% no 1º semestre fixou-se em 6.9% em Junho do mesmo ano.

Assim sendo e no quadro envolvente acima referido, o Banco de Cabo Verde reduziu as suas taxas directoras influenciando directamente a baixa das taxas de juro pelos bancos comerciais.

Taxas	Abril 2002	A partir de Maio 2002
Redesconto	8.5	8.5
cedência	11.5	10
absorção	4.5	4

Neste quadro o Banco de Cabo Verde deliberou a partir de junho do exercício findo, a remuneração temporariamente, à taxa de 3% ao ano, o montante correspondente a 3% das reservas mínimas de caixa (RMC = 18%)

Intensificou-se a utilização do cartão de débito Vinti4 e dos serviços de POS, tendo sido produzidos até Dezembro 45.870 cartões.

### 3. ANÁLISE DA ACTIVIDADE DO BANCO

#### 3.1 O ano em resumo

Em termos institucionais é de mencionar a recomposição dos Corpos Sociais em Abril do ano transacto, data de fim do mandato dos órgãos anteriormente eleitos, ~~e eleição dos novos Órgãos~~, bem como o início dos trabalhos de revisão do plano estratégico do Banco, em que a Caixa Geral de Depósitos, em conjunto com os parceiros nacionais pretende ~~m~~ potenciar as sinergias do Grupo Caixa Geral de Depósitos em Cabo Verde.

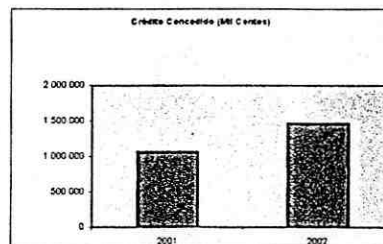
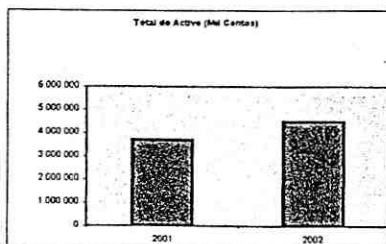
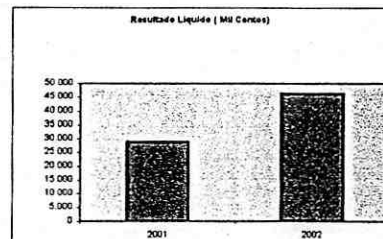
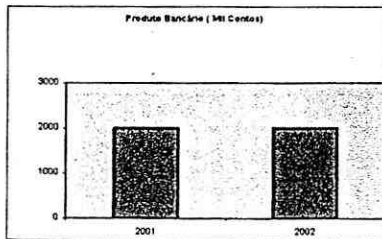
Merece também destaque a aprovação dos Estatutos do Pessoal e Sistema de Remunerações implementados a partir de Outubro de 2002, o que representou um passo decisivo no Gestão dos Recursos Humanos em particular na captação e motivação dos trabalhadores.

No que respeita a Área de Negócio a actividade do Banco foi orientada para a diversificação das fontes de rendimento através do alargamento da gama de produtos e serviços e da base de clientela, caracterizada por uma forte concentração em alguns segmentos do mercado. Nesta linha de actuação e num ambiente de descida contínua das taxas de juros, o Banco, no ano findo, compensou a quebra da margem financeira, com o aumento dos rendimentos de serviços bancários e com a contenção dos custos operacionais.

Durante o ano de 2002, em particular no segundo semestre foi marcante a dinâmica que o Banco Interatlântico imprimiu no mercado secundário de títulos da dívida pública, com a colocação junto dos nossos clientes de 788.663 contos de Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

As mudanças acima referidas na gestão do Banco reflectiram-se nas contas do ano transacto cuja análise revela o comportamento positivo do Banco Interatlântico que registou, não obstante um quadro de intensa concorrência, um nível apreciável de crescimento em todos os indicadores relevantes, quando comparado com igual período do ano anterior.

- Crescimento acelerado do Activo Total Liquido, (+21%) quando comparado com exercício anterior. (2001; + 2,75%)
- Acentuou-se o ritmo de crescimento do Crédito Sobre Clientes (bruto) que se elevou a 1.459.300 contos, (+37,8%), quando em 2001 tinha crescido 32,3%.
- Ligeiro aumento do crédito vencido que se situou em 3,86% da carteira ( 3,46% em 2001), nível contudo claramente inferior à média do sector bancário nacional que é de 10%.
- Aumento do volume global de Depósitos de 32,7%, dos quais se destaca os Depósitos à Ordem com 46,7%. Em 2001, o crescimento foi de 1,1%. O aumento verificado resulta em boa parte da transformação das moedas europeias que compõem o cabaz dos países que aderiram à União Monetária, em EUR.
- Crescimento de 11% no Produto Bancário que atingiu os 275.613 contos contra os 247.974 contos de 2001.
- Aumento assinalável do Resultado antes Impostos que se fixou nos 71.993 contos ou seja mais 35.799 contos de que igual período do ano anterior registando um crescimento de 101%.



GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae



## Indicadores em 31 de Dezembro

Mil CVE

	2001	2002	Δ%
<b>INDICADORES DO BALANÇO</b>			
Activo Líquido	3.718.409	4.513.547	21,38%
Disponibilidades	985.831	1.072.176	8,76%
Aplicações em IC's	258.626	489.870	89,41%
Créditos S/Clientes	1.059.040	1.459.300	37,79%
Títulos	900.000	980.330	8,93%
Imobilizações Financeiras	310.003	310.003	0,00%
Imobilizações Líquidas	203.761	205.104	0,66%
Depósitos de Clientes	2.776.683	3.685.519	32,73%
Capitais Próprios	641.095	654.451	2,08%
<b>INDICADORES DE EXPLORAÇÃO</b>			
Produto Bancário	247.974	275.613	11,15%
Cash Flow de Exploração	112.192	121.848	8,61%
Cash Flow Total	115.941	171.534	47,95%
Resultado Antes de Impostos	35.799	71.993	101,10%
Resultado Líquido	28.639	46.292	61,64%
<b>OUTROS INDICADORES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
Resultado Líquido / Activo	0,77%	1,03%	33,77%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	4,47%	7,07%	58,17%
<b>Eficiência</b>			
Margem Complementar/Produto Bancário	30,57%	40,17%	31,40%
Gastos Funcionamento/Produto Bancário	54,76%	55,79%	1,88%
<b>Solvabilidade e Transformação</b>			
Capitais Próprios/ Activos	17,24%	14,50%	-15,89%
Rácio de Transformação(Crédito/Depósitos)	38,14%	39,60%	3,83%
<b>Qualidade dos Activos</b>			
Créditos Vencido/Crédito Total	3,54%	3,87%	9,32%
Provisões Crédito Vencido/Crédito Vencido	120%	120%	0%
<b>Produtividade e Eficiência</b>			
(Crédito + Depósitos)/ n.º Empregados	73.764	100.878	36,76%
N.º de Empregados	52	51	-1,92%
(Crédito + Depósitos)/ n.º Agências	958.931	1.286.205	34,13%
N.º de Agências	4	4	0,00%
Empregado por Agência	13,00	12,75	-1,92%

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

### 3.2 Análise comparativa de Balanço

O ano caracterizou-se por um incremento significativo do nível de actividade do Banco Interatlântico tendo o Activo Líquido atingido os 4.513.547 contos, traduzindo um crescimento de 21% em relação ao ano anterior, em grande parte resultado do aumento de:

- Carteira de crédito, (+37,8%);
- Disponibilidades á vista sobre Instituições de Crédito, (+16,4%);
- Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro (+39,2%);
- Carteira de Títulos de Dívida Pública Interna (8,9%).

Com efeito o Crédito a clientes (bruto) apresenta uma variação positiva de 37,8% em termos homólogos ( em 2001 cresceu 32,3%), tendo atingido os 1.459.300 contos e representando 32,3% do Activo Total Líquido. (no ano anterior representava 29,16%).

No tocante aos segmentos do mercado o Saldo do Crédito s/Clientes apresenta a seguinte distribuição:

- Crédito a particulares num total de 912.872 contos ou seja 61% do Crédito Total ;
- Crédito a Empresas da ordem de 580.028 contos representando 39% Crédito Total, conforme o quadro seguinte:

(em contos)

	Até um ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
<b>Empresas</b>	158.818	204.151	161.433	207.582	121.003	168.295	441.254	580.028
<b>Particulares</b>	40.437	89.159	229.385	298.488	319.511	525.224	589.333	912.872
<b>Total</b>	199.255	272.599	390.818	506.070	440.514	693.519	1.030.587	1.492.900

A distribuição do Crédito as Empresas por Ramos de Actividade evidencia o crescimento do Sector Terciario e consequentemente o aumento do peso dos Serviços na Carteira de Crédito do Banco.

	Agricult.	Industria	Construção	Comercio	Transporte.	Outr.Serviços	Total
<b>2001</b>	0	79.621	50.628	111.782	11.787	187.436	441.254
<b>%</b>	0	16	11	25	26	42	100
<b>2002</b>	0	76.316	25.517	146.922	70.341	268.099	589.333
<b>%</b>	0	13	4	25	13	45	100

O volume de crédito representa uma taxa de transformação média de 38,14%, mais 3,8 p.p. que em Dezembro de 2001. A expansão do crédito foi acompanhada de um aumento do Crédito Vencido que se fixou em 56.404 contos mais 50,6% que em 2001.

Este montante representa cerca de 3,87% do Crédito total, valor que se situa abaixo da média do mercado (aprox. 10%). De destacar o grau de provisionamento do Crédito Vencido de cerca de 120%.

A evolução da Carteira de Títulos está associada à redução das emissões de Títulos da dívida pública, em consequência da adopção de uma política mais restritiva efectuada pelo Governo e consequentemente a uma concorrência mais intensa no mercado primário.

A carteira de títulos registou um aumento de 80.330 contos em termos homólogos (+8,9%) contudo inferior a taxa de crescimento do Activo o que resultou na redução do peso desta rubrica que passa a representar cerca de 21,7% do Activo Total quando comparado com os 24,2% em Dezembro 2001 e 28% em 2000. Refira-se no entanto que em termos médios, a carteira de títulos apresentou uma redução de 17,5%.

As aplicações em Títulos atingiram no final do ano um saldo de 980.330 contos, das quais 661.030 contos em Bilhetes do Tesouro (67%) e 319.300 contos em Obrigações do Tesouro (33%) o que comparativamente a carteira de 2001, composta essencialmente de Bilhetes de Tesouro, se traduziu num ligeiro aumento da taxa de rentabilidade média +9,61% contra os 9,38% registado em 2001.

A carteira de Depósitos de clientes ascendeu a 3.697.996 contos o que corresponde a um crescimento de 32,7% face a Dezembro de 2001. Em termos de estrutura verificou-se um crescimento notável dos Depósitos a Ordem (DO) e dos Depósitos a Prazo (DP) respectivamente, 46,7% e 40,1%. Os Depósitos no seu conjunto representam 81,7% do Activo Total Líquido, e 98,5% do Passivo Total, sendo os Depósitos a Prazo 34,95% dos Depósitos Totais.

Quanto aos Depósitos de Emigrantes, estes continuam a crescer a um ritmo satisfatório (+ 45% em relação ao ano anterior).

Merece destaque a acção desenvolvida no Mercado Secundário de Títulos da Dívida Pública que se traduziu num volume transaccionado pelo Banco Interatlântico de cerca de 788.664 contos, ao longo do ano.

### 3.3 Análise comparativa de Demonstrações de Resultados

O Resultado líquido elevou-se a 46.292 contos valor a que corresponde um Resultado antes de Impostos no montante de 71.994 contos superior em 101% ao do ano anterior. ( 2001, +103,5%).

Notas		Dez-01	Dez-02	Dez-02/ Dez01	
				%	Valor
1	<b>Margem Financeira</b>	<b>172.175</b>	<b>164.888</b>	<b>-4,23%</b>	<b>-7.287</b>
	1.1 Juros e Proveitos Equiparados	231.883	247.968	6,9%	16.085
	1.2 Juros e Custos Equiparados	59.708	83.080	39,1%	23.372
2	<b>Margem Complementar</b>	<b>75.799</b>	<b>110.725</b>	<b>46,1%</b>	<b>34.926</b>
3	<b>Produto Bancário ( 1+2 )</b>	<b>247.974</b>	<b>275.613</b>	<b>11,1%</b>	<b>27.639</b>
4	<b>Custos Administrativos</b>	<b>135.782</b>	<b>153.765</b>	<b>13,2%</b>	<b>17.983</b>
5	<b>Cash-Flow de Exploração ( 3-4 )</b>	<b>112.192</b>	<b>121.848</b>	<b>8,6%</b>	<b>9.656</b>
6	<b>Amortizações do Exercício</b>	<b>44.462</b>	<b>45.166</b>	<b>1,6%</b>	<b>704</b>
7	<b>Provisões para crédito vencido e outros riscos</b>	<b>35.680</b>	<b>54.375</b>	<b>52,4%</b>	<b>18.695</b>
8	<b>Resultado de Exploração Líquido ( 5-6-7 )</b>	<b>32.050</b>	<b>22.307</b>	<b>-30,4%</b>	<b>-9.743</b>
9	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>3.749</b>	<b>49.686</b>	<b>1225,4%</b>	<b>45.937</b>
10	<b>Resultado Antes de Impostos ( 8+9 )</b>	<b>35.799</b>	<b>71.993</b>	<b>101,1%</b>	<b>36.194</b>
11	<b>Resultado Líquido</b>	<b>28.639</b>	<b>46.292</b>	<b>61,6%</b>	<b>17.652</b>
12	<b>Cash-Flow Total</b>	<b>115.941</b>	<b>171.535</b>	<b>48,0%</b>	<b>55.594</b>

Os Juros e Proveitos Equiparados registaram um crescimento de 7% para o qual contribuíram essencialmente os juros de crédito (+24%) influenciados pelo efeito volume atendendo que as operações de crédito desenvolveram-se num ambiente de redução de taxas de juros, impulsionada pelo Banco Central.

É assim que a margem financeira com operações de crédito registou uma taxa de crescimento apreciável, +8,6% (46 mil contos), reflectindo, em grande medida, o aumento da taxa de transformação de depósitos em crédito.

Influíram negativamente na evolução dos Juros e Proveitos Equiparado os rendimentos de Títulos que registaram um decréscimo de 15% quando comparado a igual período do ano anterior tendo representado 31% do Produto Bancário contra os 39% do ano anterior. Este fenómeno resulta da sucessiva baixa da taxa de juro dos BT's ao longo do ano, conforme índice do quadro seguinte :

As taxas médias de juros evoluíram da seguinte forma:

(fonte Banco de Cabo Verde)

Período	Dezembro/2000 (%)	Dezembro 2001 (%)	Dezembro 2002 (%)
91 dias	8.69	10.88	6.38
182 dias	9.15	10.92	6.48
364 dias	9.28	11.42	6.5

Não obstante a diminuição das taxas de juros passivas, o custo do funding da actividade tem vindo a agravar-se, sendo que os Juros e Custos Equiparados aumentaram de +39% face ao ano findo, evidenciando assim um crescimento superior ao dos Juros e Proveitos Equiparados o que resultou numa deterioração da margem financeira de (- 4%).

O crescimento dos custos com os depósitos resulta do aumento do peso da componente a prazo, principalmente os depósitos de poupança emigrantes.

Detalhando a evolução das principais componentes da margem financeira verificou-se:

- Redução dos rendimentos da carteira de títulos (-14.947 contos);
- Crescimento dos juros pagos pelos depósitos (+23.370 contos, +39%);
- Crescimento de 28.542 contos (+24%) dos juros de créditos.

Quanto à margem complementar o seu comportamento contribui para que o Produto Bancário totalizasse 275.613 contos mais 11% que o valor alcançado um ano antes.

Destaque para a evolução das comissões recebidas, as quais registam um crescimento de 29% (+21.041 contos), fixando-se em 93.027 contos, o que garante um incremento de forma sustentada do peso da margem complementar na conta de exploração do Banco.

A margem complementar encontra-se positivamente influenciada pelo recebimento em 2002 de 8.911 contos de dividendos referentes as participações em empresas do Grupo (BCA e Garantia).

Assim sendo a margem complementar cresceu de +46% ou seja mais 34.926 contos em relação ao ano anterior tendo o seu peso na formação do Produto Bancário aumentado de 31% em 2001 para 46% em 2002.

Os Custos Administrativos aumentaram 13% face ao período homólogo evolução esta, justificada essencialmente pelo aumento dos Custos com o Pessoal (+21%) que representaram mais de 2/3 deste aumento em consequência do Reajustamento salarial associado a implementação dos novos Estatutos do Pessoal e do aumento do número de trabalhadores no decurso do exercício anterior.

De referir que os FST cresceram de mais 7% ou seja mais 5.694 contos.

As amortizações fixaram-se em 45.166 contos evidenciando um crescimento de 2%. Estes factores empolaram os Custos Operativos que absorveram em 2002, 72% do Produto Bancário, contra os 73% observado em 2001.

O saldo das Provisões para Crédito Vencido e Outros Riscos, com um total de 54.375 contos, cresceu 52,4% em relação ao ano anterior (35.679 contos em 2001) e representa 19,7% do produto Bancário.

Os resultados extraordinários apresentam um valor de 49.686 contos, o que representa 18% do Produto Bancário. Esta situação fica a dever-se, essencialmente as regularizações contabilísticas de contas de Fornecedores e Correspondentes no Exterior.

O Resultado antes de Impostos atingiu 71.995 contos, representando um acréscimo de 101% face ao ano findo ( em 2001 o acréscimo foi de 103,5%).

O Resultado Líquido cifrou-se em 46.293 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um aumento de 62% (2001, +103,5%). De assinalar nesta rúbrica, o impacto do aumento do Imposto sobre Lucros de 20 para 35% ocorrido em 2002.

### 3.4 Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios, valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 20% claramente acima do mínimo legal exigido (10%).

Com efeito os Capitais Próprios fixaram-se em 654.452 contos, mais 20.516 contos que em igual período do ano findo. Para este facto contribuiu essencialmente o Lucro do Exercício, tendo-se situado o Capital Social em 600.000 contos, valor idêntico ao registado em Dezembro de 2001.

Em relação aos outros rácios prudencias o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

- Cobertura do Imobilizado	+139.852 contos
- Cobertura das Responsabilidades Exigíveis até 90 dias:	+246.109 contos
- Cobertura das Responsabilidades Exigíveis em prazo > 90 dias:	+268.976 contos
- Títulos da Dívida Pública:	+760.401 contos

## 4. Organização e Recursos Humanos

### 4.1 Organização/Canais de distribuição

Em termos organizacional a estratégia do Banco centrou-se numa adaptação as condições do mercado cada vez mais concorrencial com vista a uma contínua busca de níveis cada vez mais exigentes da qualidade de serviço prestado em todas as estruturas do Banco. Assim sendo o Banco Interatlântico activou meios que se consubstanciaram no seguinte:

- reorganização dos serviços e apoio a função comercial ;
- dinamização da rede de balcões e do sistema de informação de gestão ;
- promoção dos novos canais de distribuição ;
- descentralização dos níveis de decisão ;
- desenvolvimento dos recursos humanos (carreira e formação) ;
- contenção dos custos operativos.

De referir neste domínio as duas missões técnicas realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do processo de revisão do plano estratégico do Banco Interatlântico.

O BI conduziu em 2002 um conjunto de acções tendentes a alargar e consolidar a sua base de clientela e a aumentar a capacidade de resposta dos balcões com a implementação de alterações organizacionais significativas de que se destaca a reestruturação a nível dos Grupos de acesso na aplicação, bem como a revisão das autoridades concedidas às Gerências e sub-Gerências do Banco.

No que refere a Organização e Métodos foram elaborados no ano anterior mais de 50 Ordens e Instruções de Serviços com vista a sistematização de vários procedimentos e regulamentos internos.

Quanto a rede de balcões a mesma não foi alargada no ano anterior pelo que as operações comerciais desenvolveram-se nas 4 agências existentes da Sede, Mindelo, Plateau e Achada S. Antonio.

No que se refere aos novos Canais de Distribuição verificou-se um crescimento assinalável das transações conforme o seguinte mapa:

	Cartões RV4	ATM's		POS's	
	Nº	Quant.	Nºoperações	Quant.	Nºoperações
2000	1236	3	10.332	2	100
2001	1801	3	112.018	8	5.556
2002	2503	3	177.908	13	21.085

Na área internacional, a rede de bancos correspondentes foi enriquecida com mais um correspondente nos EUA (CITY BANK) o que garantiu uma resposta mais célere nas transações em USD.

## 4.2 Informática

Com vista a implementação da nova “release” 2.02 das aplicações BM/AM foi necessário proceder-se ao upgrade’ do Sistema Operativo para a versão V4R5M0.

Foram também adquiridos mais dois discos de 4GB para o aumento da capacidade de armazenamento do AS/400 e consequentemente da sua performance.

O Banco aproveitou a instalação da nova release e a necessidade de ser dada formação a todos os utilizadores, para desenvolver acções específicas de formação ministradas pelos consultores da Promosoft nas áreas do Crédito, Contabilidade e Recursos Humanos.

Prosseguiu-se a política de uniformização das configurações dos postos de trabalho mediante a redefinição dos parâmetros de configuração dos PC’s instalados nas Agências bem como o ‘upgrade’ do programa antivírus e a manutenção dos equipamentos informáticos.

Numa lógica de grupo deu-se os primeiros passos para a aquisição de um novo AS/400 comum às empresas do Grupo .

## 4.3 Recursos humanos

Com a entrada em vigor dos Estatutos do Pessoal, no último trimestre do ano anterior, o Banco lançou as premissas para a formação de uma estrutura humana motivada e mais ajustada ao mercado, contrariando assim o quadro anterior caracterizado por uma elevada taxa de rotação dos trabalhadores em prejuízo da formação de uma equipa estável.

Os estatutos vieram também definir as normas e princípios, os direitos e garantias bem como os deveres e as obrigações dos trabalhadores para com o Banco entre outros aspectos, tendo sempre em atenção a legislação laboral nos seus vários domínios e em particular a legislação das empresas de actividades bancárias.

Assumiu igualmente importância o recrutamento de jovens com melhores qualificações académicas, a redistribuição de elementos numa lógica de optimização do quadro de pessoal e a formação em exercício com apoio de consultores externos .

### 4.3.1 Estrutura do Pessoal

No final do exercício 2002, o Banco Interatlântico contava com 51 elementos, sendo 3 em regime de comissão de Serviço no BCA, 1 de licença sem vencimento e 8 em regime de contrato a prazo.

A média de idade dos trabalhadores é de 29 anos sendo a maior concentração do pessoal na faixa etária 26 - 30 anos que representa 52 % do total . De registar que apenas 6% do pessoal tem idade maior de que 35 anos o que garante fortes potencialidades de melhoria da produtividade e rendibilidade do Banco.



O efectivo feminino representa 69 % do total, e resulta de um recrutamento marcado pelo género feminino, tendo representado nos últimos três anos 71% do total de elementos admitidos no Banco.

A nível de habilitações literárias e qualificações profissionais, 31 % têm formação técnica media/superior, 63% concluíram o ensino secundário, e 6% o ensino básico.

Em termos de distribuição regional é de assinalar que dos 51 trabalhadores 8 pertencem a Agência do Mindelo e os restantes à Sede e às Agências da Praia

Na distribuição por Área Funcional verifica-se a seguinte afectação dos recursos:

- 3 nos Serviços de Apoio (6%) ;
- 20 nos Serviços Centrais (39%) ;
- 28 nas Agenciais (55%).

Do numero total de efectivos 70% tem mais de 3 anos de antiguidade (de referir que o Banco foi criado em Julho de 1999).

A taxa de rotação a semelhança dos anos anteriores continua elevada conforme o quadro seguinte:

	2000	2001	2002
Admissões	8	14	11
Saídas	8	9	7

#### 4.3.4. Formação

As acções de formação consubstanciaram nas seguintes vertentes:

- participação em actividades de formação desenvolvidas por entidades externas nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco de Cabo Verde e Câmara de Comércio ;
- desenvolvimento de acções de formação específicas ;
- apoio a frequência individual em formação especializadas (línguas).

É assim que em Março, e com a participação dos empregados da Informática do BCA, o Responsável do Sector da Informática participou numa formação em linguagem de programação RPG com vista ao desenvolvimento de capacidade de programação em particular no domínio do sistema de informação para a gestão.

O Banco organizou com a assistência técnica da Promosoft acções de formação nas áreas de Contabilidade, Recursos Humanos e Crédito. Estas sessões de formação traduziram-se num crescente aumento de rendimento e produtividade na empresa.

(milhares de contos)

Rátios	2000	2001	2002
Activo Líquido /N.º de Empregados	75.318	71.508	88.501
Empregados/N.º de Agências	12	13	12,75

#### 4.3.5 Acção Social

O Banco Interatlântico assinou um contrato de prestação de serviços médicos com uma clinica. Trata-se de uma avença que engloba todas as especialidades existentes no País, ou seja, Estomatologia, Medicina, Ginecologia, Pediatria, Cirurgia Maxila-Facial, Prótese Dentária, Traumatologia, Cirurgia e Serviços de Enfermagem. Estas facilidades forma extensíveis ao agregado familiar dos trabalhadores.

Mereceu também atenção e o apoio da Administração do Banco a criação da Associação dos Empregados, que tem por objectivo essencial, desenvolver actividades desportivas e culturais.

#### 5. Eventos/Actividades de carácter sociocultural

O Banco Interatlântico continuou em 2002 a apoiar diversas iniciativas promovidas por instituições publicas e privadas, igrejas, associações e ONG nos domínios de desporto, cultura, educação e da promoção social.

Assim o Banco aprovou, durante o ano transacto, 15 operações no valor de 2.502 contos de que se destacam os apoios, no âmbito das actividades de mecenato e promoção do Grupo da Caixa Geral de Depósitos em Cabo Verde, ao Fresquental - Festival Internacional de Jazz , Festival da Gamboa, Festival da Baia das Gatas e a Federação Nacional de Basquetebol.

Individualmente o Banco colaborou ainda no domínio desportivo com apoio à Escola de Preparação Integral de Futebol juvenil e à Federação Caboverdeana de Futebol.

As associações socioprofissionais, nomeadamente dos Escritores, das Mulheres Empresárias e dos Economistas contaram com o apoio do Banco na a implementação dos seus programas de actividades.

Na esfera da solidariedade social, manteve-se o apoio ao Lar da Terra Branca pertencente ao Rotary Clube da Praia, tendo-se colaborado com a mesma entidade na luta contar a poliomielite, concedeu-se um apoio ao projecto denominado “Operação Carinho” que tem como objectivo o acolhimento de criança de e na rua, num espaço cedido pela Câmara Municipal de São Vicente, onde, para além de uma refeição quente essas crianças recebem ensinamentos laicos e religiosos. Apoiou-se também as crianças carenciadas da Freguesia de São João Baptista uma obra do Sr. Padre Custódio Campos.

No plano escolar assinou-se um protocolo com o Instituto Cabo Verdiano de Acção Escolar no âmbito do programa de assistência financeira a alunos carenciados.

De mencionar a participação do Banco na Primeira Feira da Macaronésia de 27 a 29 de Junho de 2002 no Mindelo e na Feira Internacional de Cabo Verde que decorreu na cidade da Praia de 6 a 10 de Novembro do ano findo.

BALANÇO - 31 DEZEMBRO 2002

ATIVO	2002			PASSIVO	2002
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. PROVISÃO	ACTIVO LIQUÍDO		
1. Caixa e disponibilidades - Bancos Centrais.....	883.795.109		883.795.109	1. Débitos para com as instituições de crédito	0
2. Disponibilidades à vista s/ instituições de crédito.....	188.381.707		188.381.707	a) A vista.....	0
3. Outros créditos sobre instituições crédito.....	489.870.408	0	489.870.408	b) A prazo ou com pré-aviso.....	0
4. Créditos sobre clientes.....	1.459.300.289	67.496.457	1.391.803.832	2. Débitos para com clientes.....	3.697.996.325
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				a) Depósitos de poupança.....	11.148.534
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.....	980.330.493	0	980.330.493	b) Outros depósitos.....	3.674.370.745
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.....	0	0	0	ba) A vista.....	2.386.105.085
(Dos quais : Obrigações Próprias).....	0	0	0	bb) A prazo.....	1.288.265.660
6. Acções e outros títulos de rendimento variável.....	0	0	0	c) Outros débitos.....	12.477.046
7. Participações.....	310.002.998	0	310.002.998	3. Débitos representados por títulos.....	0
8. Partes do capital em empresas coligadas.....	0	0	0	4. Outros passivos.....	11.817.393
9. Imobilizações incorpóreas.....	177.518.021	84.735.895	92.782.126	5. Contas de regularização.....	91.230.093
10. Imobilizações corpóreas.....	217.892.876	105.570.814	112.322.062	6. Provisões para riscos e encargos.....	22.630.949
(Dos quais : Imovéis de serviço próprio).....	83.440.654	12.877.571	70.563.083	a) Provisões para pensões e encargos similares.....	0
11. Capital subscrito não realizado.....	0	0	0	b) Outras provisões.....	22.630.949
12. Acções próprias ou partes de capital próprias.....	0	0	0	6A. Fundo para riscos bancários gerais.....	35.420.790
13. Outros activos.....	36.641.867	0	36.641.867	9. Capital subscrito.....	600.000.000
15. Contas regularização.....	27.616.825	0	27.616.825	11. Reservas.....	8.160.185
16. Prejuízo do exercício.....				12. Reservas de reavaliação.....	0
				13. Resultados transitados.....	0
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>4.771.350.594</b>	<b>257.803.166</b>	<b>4.513.547.428</b>	<b>14. Lucro do exercício.....</b>	<b>46.291.692</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.513.547.428</b>

O Responsável da ARC,

*[Assinatura]*

A Administração,

*[Assinatura]*

DEMONSTRAÇÃO de RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO 2002

	DÉBITO	2002	CRÉDITO	2002
<b>A. CUSTOS</b>				
1. Juros e custos equiparados.....		83.080.456		247.968.121
2. Comissões.....		12.290.080		81.658.229
3. Prejuízos em operações financeiras.....		134.749.180		8.911.845
4. Gastos gerais administrativos		153.515.777		8.911.845
a) Custos com pessoal.....		71.267.946		0
Dos quais :				
(salários e vencimentos).....		63.408.485		93.027.097
(encargos sociais).....		7.747.961		
b) Outros gastos administrativos.....		82.247.831		136.187.436
5. Amortizações do exercício.....		45.166.316		99.555.235
6. Outros custos de exploração.....		3.930.258		
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos.....		153.970.223		
8. Provisões para imobilizações financeiras.....		0		0
10. Resultado da actividade corrente.....		0		23.568.471
11. Perdas extraordinárias.....		13.315.872		0
13. Imposto sobre lucros.....		25.701.608		63.001.895
14. Outros impostos.....		248.638		
15. Lucro do exercício.....		46.291.692		0
<b>TOTAL</b>		<b>672.260.100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>672.260.100</b>
<b>B. PROVEITOS</b>				
1. Juros e proveitos equiparados				
Dos quais :				
(de títulos de rendimento fixo).....				
2. Rendimento de títulos				
a) Rendimento de acções, quotas e de outros títulos variável.....				
b) Rendimento de participações.....				
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas.....				
3. Comissões.....				
4. Lucros em operações financeiras.....				
5. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a crédito e provisões p/ passivos eventuais.....				
6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativos a mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas.....				
7. Outros proveitos de exploração.....				
8. Resultado da actividade corrente.....				
9. Ganhos extraordinários.....				
11. Prejuízo de exercício.....				

O Responsável da ARC,



A Administração,



## 6. Órgãos Sociais

Em assembleia Geral de 26 de Março de 2002 foram eleitos os Titulares dos Órgãos Sociais para o triénio 2002/2005.

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: David Hoppfer Almada  
Secretário: Francisco Ferreira  
Secretário: Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: João Henrique Real Pereira  
Vice-Presidente: Teófilo Figueiredo A.Silva  
Vogal: António Miguel d'Ornelas Afonso  
Vogal: António José Nunes  
Vogal: Adalgisa Barbosa Vaz

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Daniel Chambel S.H.Fernandes (CGD)  
Vogal: Amadeu João Cruz (SITA)  
Vogal: Flávio Alves Ereio Delgado (AGRIPEC)  
Vogal Suplente: Vitor Lilaia da Silva (CGD)  
Vogal Suplente: José Carlos Vitória Soulé (SITA)

## Estrutura Accionista

BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

LISTA DE ACCIONISTAS APÓS 30 JUNHO DE 2001

Nome do Accionista	Nº Acções	CVE	% de Capital
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, AS	42.000	420.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SARL	5.795	57.950.000,00	9,66%
SITA, SARL	3.013	30.130.000,00	5,02%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	4,64%
ADEGA, SARL	2.100	21.000.000,00	3,50%
AGRIPEC, SARL	927	9.270.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	695	6.950.000,00	1,16%
JOÃO HIGINO R. SILVA	600	6.000.000,00	1,00%
ALUCAR, SARL	464	4.640.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	464	4.640.000,00	0,77%
AGOSTINHO ANTÓNIO LOPES	464	4.640.000,00	0,77%
FRANCISCO FORTUNATO B. AMADO	464	4.640.000,00	0,77%
MÁRIO JORGE MENEZES	232	2.320.000,00	0,39%
	<b>60.000</b>	<b>600.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

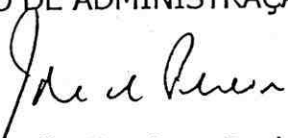
## Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido obtido, no valor de 46.291.692 escudos seja distribuído da seguinte forma:

Reserva Legal (10%)	4.629.169,00
Outras Reservas	15.800.000,00
Lucro Líquido a distribuir pelos accionistas:	25.862.523,00

Praia, 15 de Abril de 2003

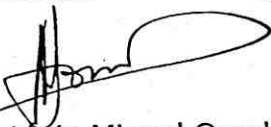
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



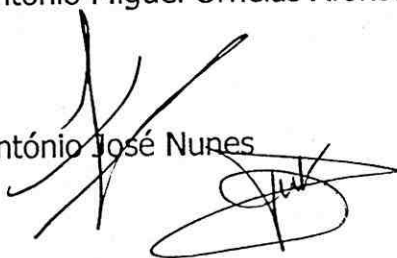
Presidente – João Henrique Real Pereira



Vice-Presidente – Teófilo Figueiredo A. Silva



Vogal – António Miguel Ornelas Afonso



Vogal – António José Nunes



Vogal – Adalgisa Barbosa Évora Vaz

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae



## NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2002, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que estas demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 1) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### 2) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio comunicado pelo Banco de Cabo Verde no último dia útil de cada mês. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas como resultados.

### 3) Provisões para riscos de crédito e fundo para riscos bancários gerais

De acordo com o disposto no Aviso nº 9/98, de 10 de Dezembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

#### i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e o facto de estarem ou não cobertos por garantias, conforme apresentado no quadro seguinte:

	Classes de Risco				
	I	II	III	IV	V
Com garantia	10%	20%	50%	75%	100%
Sem garantia	25%	50%	75%	85%	100%

As classes de risco são definidas em função dos seguintes períodos após o vencimento:

Classe I	Até 3 meses
Classe II	De 3 a 6 meses
Classe III	De 6 meses a 1 ano
Classe IV	De 1 a 3 anos
Classe V	Mais de 3 anos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as provisões para crédito e juros vencidos eram superiores aos níveis mínimos exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

#### ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso nº 9/98, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

.As prestações vincendas relativas a operações de crédito em mora em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido de juros vencidos;

.As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo cliente represente pelo menos 25% do total das suas dívidas (de capital, juros e outras) para com a instituição.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados por uma percentagem correspondente a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido já constituídas relativamente ao cliente em questão.

#### iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco.

O montante a provisionar é determinado pela aplicação de uma percentagem de 1,5% ao crédito concedido, incluindo o representado por aceites e garantias prestadas e excluindo o crédito vencido.

iv) Fundo para riscos bancários gerais

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta provisão destina-se a fazer face a contingências específicas resultantes da actividade do Banco (Nota 25).

4) Bilhetes do Tesouro

Os Bilhetes do Tesouro encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica "Receitas com proveito diferido".

5) Participações financeiras

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição.

6) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada dos activos, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	8
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas em edifícios arrendados, software e despesas de estabelecimento. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes num período de três anos, com excepção das despesas em edifícios arrendados, as quais são amortizadas num período de dez anos.

7) Responsabilidades com pensões

Não existem quaisquer responsabilidades

quanto ao pagamento de pensões de reforma para com os empregados do Banco.

8) Operações de venda com acordo de recompra

As operações de venda com acordo de recompra de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas através da redução do valor da carteira de títulos do Banco pelo montante correspondente ao valor nominal dos títulos cedidos. Os títulos são incluídos novamente na carteira na sequência da sua recompra. A mensualização de juros é efectuada pelo valor líquido entre as taxas de remuneração paga e recebida.

## ANEXOS

Comparação da actividade do Banco Interatlântico, S.A.  
entre 2001 e o ano 2002.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

**BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO**

	Dez-01	Dez-02	Dez-02/ Dez01	
			%	Valor
<b>ACTIVO</b>	<b>3.718.409</b>	<b>4.513.546</b>	<b>21,38%</b>	<b>795.137</b>
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	635.918	883.795	38,98%	247.877
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	349.914	188.382	-46,16%	-161.532
Aplicações em Instituições de Crédito	258.627	489.870	89,41%	231.243
Crédito Líquido sobre Clientes	1.014.170	1.391.804	37,24%	377.634
Carteira de Títulos	900.000	980.330	8,93%	80.330
Participações	310.003	310.003	0,00%	0
Imobilizado Incorpóreo Líquido	92.646	92.782	0,15%	136
Imobilizado Corpóreo Líquido	111.116	97.400	-12,34%	-13.716
Imobilizado em curso	0	14.922	0,00%	14.922
Outros Activos	39.562	59.070	49,31%	19.508
Contas Internas e de regularização	6.455	5.188	-19,63%	-1.267
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3.718.409</b>	<b>4.513.547</b>	<b>21,38%</b>	<b>795.138</b>
Recursos de Instituições de Crédito	154.535	0	-100,00%	-154.535
Depósitos de Clientes	2.776.683	3.685.519	32,73%	908.836
Outros recursos de Clientes	11.379	12.477	9,65%	1.098
Outros Passivos	13.692	11.817	-13,69%	-1.875
Contas de regularização	95.313	91.230	-4,28%	-4.083
Provisões para Riscos e Encargos	15.827	22.631	42,99%	6.804
Fundo para Riscos Bancários	17.044	35.421	107,82%	18.377
Capital Social	600.000	600.000	0,00%	0
Reservas	5.296	8.160	54,07%	2.864
Resultado Líquido do Exercício	28.639	46.292	61,64%	17.652

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

**Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro**

Mil cve

	Dez 2001	Dez 2002	%
Juros e Proveitos Equiparados	231.883	247.968	6,9%
Juros e Custos Equiparados	59.708	83.080	39,2%
<b>Margem Financeira</b>	<b>172.175</b>	<b>164.888</b>	<b>-4,2%</b>
Comissões Líquidas	61.503	80.737	31,3%
Rendimento de Títulos (variável)	0	8.912	100,0%
Resultados de Operações Financeiras	4.656	1.438	-69,1%
Outros Proveitos de exploração	9.639	19.638	103,7%
<b>Margem Complementar</b>	<b>75.799</b>	<b>110.725</b>	<b>46,1%</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>247.974</b>	<b>275.612</b>	<b>11,2%</b>
<b>Gastos de Funcionamento</b>			
Custos com Pessoal	58.785	71.268	21,2%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	76.554	82.248	7,4%
Outros custos	442	249	-43,8%
	<b>135.782</b>	<b>153.764</b>	<b>13,2%</b>
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	<b>112.192</b>	<b>121.849</b>	<b>8,6%</b>
Amortizações do Exercício	44.462	45.166	1,6%
Provisões para crédito vencido e outros riscos	35.680	54.375	52,4%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>32.050</b>	<b>22.307</b>	<b>-30,4%</b>
<b>Resultados Extra-Exploração</b>			
Resultados Extraordinários	3.749	49.686	1.225,4%
	<b>3.749</b>	<b>49.686</b>	<b>1.225,4%</b>
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>35.799</b>	<b>71.993</b>	<b>101,1%</b>
Imposto sobre lucros	7.160	25.701	259,0%
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>28.639</b>	<b>46.292</b>	<b>61,6%</b>
<b>Cash-Flow Total</b>	<b>115.941</b>	<b>171.535</b>	<b>47,9%</b>

## Notas às Demonstrações Financeiras

1.

	Dez 2001	Dez 2002	Mil CVE
			%
<b>Caixa e Disponibilidades</b>	<b>985.831</b>	<b>1.202.177</b>	<b>21,9%</b>
<b>Caixa</b>	<b>211.208</b>	<b>170.737</b>	<b>-19,2%</b>
Em moeda nacional	70.836	87.495	23,5%
Em divisas	140.372	83.242	-40,7%
<b>Disponibilidades sobre IC's no País</b>	<b>428.922</b>	<b>845.104</b>	<b>97,0%</b>
<b>Disponibilidades sobre IC's no estrangeiro</b>	<b>345.701</b>	<b>186.336</b>	<b>-46,1%</b>

2.

	Dez 2001	Dez 2002	Mil CVE
			%
<b>Aplicações em IC's</b>	<b>258.627</b>	<b>358.870</b>	<b>32,1%</b>
No País	0	0	0,0%
Depósitos à Vista	0	0	0,0%
Depósitos a Prazo	0	0	0,0%
No Estrangeiro	<b>258.627</b>	<b>359.870</b>	<b>39,2%</b>
Depósitos à Vista	0	0	0,0%
Depósitos a Prazo	<b>258.627</b>	<b>359.870</b>	<b>39,2%</b>

3.

	Dez 2001	Dez 2002	Mil CVE
			%
<b>Crédito Sobre Clientes (Bruto)</b>	<b>1.059.041</b>	<b>1.459.300</b>	<b>37,8%</b>
Crédito em situação normal	1.021.575	1.402.897	37,3%
De curto prazo	121.313	98.139	-19,1%
De médio e longo prazo	900.262	1.304.758	44,9%
Crédito e Juros Vencidos	37.465	56.404	50,6%
Capital	32.163	54.986	71,0%
Juros	3.861	0	-100,0%
Juros vencidos a regularizar	1.441	1.418	-1,6%
Provisões para cob. Duv. e crédito vencido	44.870	67.496	50,4%
Para crédito interno de cobrança duvidosa	27.325	39.078	43,0%
Para crédito interno vencido	17.545	28.418	62,0%
<b>Crédito Sobre Clientes (Liquido)</b>	<b>1.014.171</b>	<b>1.391.804</b>	<b>37,2%</b>



4.

Mil CVE

	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Carteira de Títulos (Líquidas)</b>	<b>900.000</b>	<b>980.330</b>	<b>8,9%</b>
Carteira de Títulos (Bruta)	900.000	980.330	8,9%
De rendimento fixo	900.000	980.330	8,9%
De rendimento Variável	0	0	0,0%
<b>Provisões para depreciação de títulos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

5.

Mil CVE

	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Imobilizações Líquidas</b>	<b>513.764</b>	<b>515.107</b>	<b>0,3%</b>
<b>Imobilizações Financeiras</b>	<b>310.003</b>	<b>310.003</b>	<b>0,0%</b>
Participações	310.003	310.003	0,0%
<b>Imobilizado Incorpóreo Líquido</b>	<b>92.645</b>	<b>92.782</b>	<b>0,2%</b>
Imobilizado Incorpóreo Bruto	179.302	177.518	1,0%
Despesas de Estabelecimento+Plurianais	4.876	7.797	59,9%
Sistemas de Software	48.996	44.370	-0,1%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	125.430	125.430	0,0%
Amortizações de Imobilizado Incorpóreo	85.612	84.736	0,0%
<b>Imobilizado Corpóreo Líquido</b>	<b>111.116</b>	<b>97.400</b>	<b>-12,3%</b>
Imobilizado Corpóreo Bruto	170.505	202.971	19,0%
Imóveis de Serviço Próprio	67.111	68.519	0,0%
Mobiliário e Material	25.300	15.345	-39,3%
Máquinas e ferramentas	6.753	7.421	9,9%
Equipamento informático	35.259	75.328	122,2%
Instalações interiores	1.885	4.320	129,2%
Material de Transporte	17.420	17.460	0,0%
Equipamento de segurança	8.179	8.278	0,0%
Outro equipamento	8.598	6.300	-26,7%
Amortizações de imobilizado corpóreo	59.389	105.571	77,8%
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>0</b>	<b>14.922</b>	<b>0,0%</b>

6.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Recursos de IC's</b>	<b>4.535</b>	<b>0</b>	<b>-100,0%</b>
Do país			
Depósitos à ordem de outras IC	4.535	0	-100,0%
Do estrangeiro			
Depósitos a prazo de outras IC	0	0	0,0%

7.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Débitos para com Clientes</b>	<b>2.788.063</b>	<b>3.697.996</b>	<b>32,6%</b>
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	2.776.684	3.685.519	32,7%
À ordem (1)	1.626.721	2.386.787	46,7%
Residentes	1.243.729	1.900.327	52,8%
não residentes	258.296	352.087	36,3%
Emigrantes	124.696	134.373	7,8%
À Prazo (2)	919.527	1.288.266	40,1%
Residentes	833.345	770.115	-7,5%
emigrantes com pré-avis	46.098	439.588	853,6%
não residentes	40.084	78.563	96,0%
Poupança (3)	230.436	10.467	104,8%
Emigrantes	230.436	10.467	104,8%
Outros Recurso	11.379	12.477	9,6%
cheques e ordens a pagar	11.379	12.477	9,6%

8.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Outros passivos</b>	<b>160.277</b>	<b>24.762</b>	<b>-84,6%</b>
Fornecedores	14.283	22.428	57,0%
Credores - Residentes	0	0	0,0%
Credores - Não residentes	14.283	22.428	57,0%
Credores diversos	-8.849	-4.742	-46,4%
Outras exigibilidades	154.843	7.076	-95,4%

9.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Provisões diversas</b>	<b>32.871</b>	<b>58.052</b>	<b>76,6%</b>
Provisões para pensões e encargos	0	0	0,0%
Provisões p/riscos gerais de crédito	15.827	22.631	43,0%
Para riscos de flutuação	0	0	0,0%
Provisões p/riscos bancários gerais	17.044	35.421	107,8%

10.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Capitais Próprios</b>	<b>633.935</b>	<b>654.452</b>	<b>3,2%</b>
Capital Social	600.000	600.000	0,0%
Reservas	2.146	5.010	133,5%
Resultados transitados	3.150	3.150	0,0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>28.639</b>	<b>46.292</b>	<b>61,6%</b>
Resultado antes de imposto	35.799	71.993	101,1%
Dotação p/imposto	7.160	25.701	259,0%

11.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Juros e Proveitos Equiparado</b>	<b>231.883</b>	<b>247.968</b>	<b>49,7%</b>
<b>Juros crédito concedido</b>	<b>116.595</b>	<b>145.137</b>	<b>70,0%</b>
Descontos	4.194	2.792	56,3%
Créditos em conta corrente	13.087	12.458	11,0%
Descobertos	4.195	7.240	-60,9%
Outros créditos	1.876	639	806,3%
Empréstimos	90.249	117.974	130,7%
Créditos em conta corrente	25	601	-99,0%
De crédito interno vencido	2.969	3.433	104,8%
<b>Juros de Aplicações em IC's</b>	<b>18.684</b>	<b>21.173</b>	<b>-15,8%</b>
Juros de aplicações em IC's no país	410	7.255	-58,1%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	18.274	13.918	-13,9%
<b>Rendimentos de Títulos</b>	<b>96.604</b>	<b>81.658</b>	<b>50,8%</b>
Nacionais de rendimento fixo	96.604	81.658	50,8%

12.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Juros e Custos Equiparados</b>	<b>59.708</b>	<b>83.080</b>	<b>33,8%</b>
<b>Juros de Depósitos de Clientes</b>	<b>57.301</b>	<b>78.411</b>	<b>36,8%</b>
A prazo residentes	37.180	40.369	8,6%
A prazo não residentes	2.170	3.381	55,8%
Pré-aviso emigrantes	2.401	32.843	126,8%
Poupança Emigrantes	15.550	1.818	-88,3%
<b>Juros de Recursos de IC's</b>	<b>2.407</b>	<b>4.669</b>	<b>93,9%</b>
<b>Juros de resp. representadas por títulos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Outros juros e custos equiparados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

13.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Margem Complementar</b>	<b>75.799</b>	<b>110.725</b>	<b>46,1%</b>
<b>Comissões recebidas</b>	<b>71.986</b>	<b>93.027</b>	<b>29,2%</b>
Garantias e avais	2.767	3.240	17,1%
Créditos documentários abertos	2.215	14.923	573,7%
Por operações cambiais	52.760	48.786	-7,5%
Por serviços bancários prestados	3.527	5.588	58,4%
Transferência de valores	24	93	92,0%
Créditos abertos	10.693	20.397	90,8%
<b>Rendimento de Títulos (Variável)</b>	<b>0</b>	<b>8.912</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos de Operações financeiras</b>	<b>169.255</b>	<b>136.187</b>	<b>-1,8%</b>
Em divisas	6.438	8.229	27,8%
Notas e moedas estrangeiras	162.817	127.958	-21,4%
<b>Outros proveitos e lucros</b>	<b>11.689</b>	<b>23.568</b>	<b>101,6%</b>
Proveitos de serviços diversos	9.155	20.533	124,3%
Reembolso de despesas	1.737	1.353	-22,1%
Outras	797	1.682	88,0%
<b>Comissões suportadas</b>	<b>10.483</b>	<b>12.290</b>	<b>17,2%</b>
<b>Quatizações e Donativo Diversos</b>	<b>2.049</b>	<b>3.930</b>	<b>91,8%</b>
<b>Prejuízos em operações financeiras</b>	<b>164.599</b>	<b>134.749</b>	<b>-18,1%</b>
Em divisas	157.365	124.829	-20,7%
Notas e moedas estrangeiras	7.234	9.920	37,1%
<b>Total de Proveitos</b>	<b>252.930</b>	<b>261.694</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total de Custos</b>	<b>177.131</b>	<b>150.969</b>	<b>-15,6%</b>
<b>Margem Complementar</b>	<b>75.799</b>	<b>110.725</b>	<b>46,1%</b>

14.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Gastos de Funcionamento</b>	<b>135.781</b>	<b>153.764</b>	<b>13,2%</b>
<b>Custos com pessoal</b>	<b>58.785</b>	<b>71.267</b>	<b>21,2%</b>
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	11.966	17.303	44,6%
Remuneração de empregados	40.399	46.105	14,1%
Encargos sociais obrigatórios	6.061	7.327	20,9%
Outros custos com pessoal	359	532	48,2%
<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros</b>	<b>76.554</b>	<b>82.248</b>	<b>7,4%</b>
<b>Impostos</b>	<b>442</b>	<b>248</b>	<b>-43,8%</b>

15.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Amortizações e Provisões</b>	<b>223.787</b>	<b>315.855</b>	<b>41,1%</b>
<b>Amortizações do exercício</b>	<b>146.046</b>	<b>190.307</b>	<b>30,3%</b>
De imobilizações incorpóreas	86.657	84.736	-2,2%
De imobilizações corpóreas	59.389	105.571	77,8%
De imóveis de serviço	9.341	12.878	37,9%
De equipamento	50.048	92.693	85,2%
<b>Provisões do exercício</b>	<b>77.741</b>	<b>125.548</b>	<b>61,5%</b>
Para crédito vencido	44.870	67.496	50,4%
Para riscos gerais de crédito	15.827	22.631	43,0%
Para riscos bancários gerais	17.044	35.421	107,8%

16.

	Mil CVE		
	Dez 2001	Dez 2002	%
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>3.749</b>	<b>49.686</b>	<b>1.225,4%</b>
<b>Ganhos extraordinários</b>	<b>5.688</b>	<b>63.002</b>	<b>1.007,6%</b>
recuperação de juros e despesas	383	1.816	374,2%
outros ganhos de exercícios anteriores	5.305	61.186	1.053,4%
<b>Custos extraordinários</b>	<b>1.939</b>	<b>13.316</b>	<b>586,7%</b>
multas e penalidades legais	20	70	2,5%
perdas de exercícios anteriores	0	12.136	0,0%
outras perdas extraordinárias	1.919	1.110	-42,2%

17.

	Dez 2001	Dez 2002	Mil CVE %
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>35.799</b>	<b>71.993</b>	<b>101,1%</b>
Margem Financeira	172.175	164.888	-4,2%
Margem Complementar	75.799	110.725	46,1%
Produto Bancário	247.974	275.613	11,2%
Gastos de Funcionamento	135.782	153.764	13,2%
Cash-Flow de Exploração	112.192	121.849	8,6%
Amortizações e Provisões	80.142	99.541	24,2%
Resultado de Exploração	32.050	22.307	-30,4%
Resultados Extraordinários	3.749	49.686	1.225,4%

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do  
Banco Interatlântico, S.A.R.L.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Lisboa, 16 de Abril de 2003

*Deloitte & Touche*

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

À  
Assembleia Geral Ordinária do  
BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e do mandato que nos foi conferido pelos Srs. Accionistas, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

## 1. Relatório

- 1.1 O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, acompanhou durante o ano de 2002, a gestão e actividade do Banco, para o que:
- 1.2 Analisou os documentos técnico-contabilísticos e estatísticos elaborados no âmbito do sistema de informação de gestão existente no Banco.
- 1.3 Tomou conhecimento de decisões de gestão, através de contactos com elementos do Conselho de Administração.
- 1.4 Tomou conhecimento de que durante o exercício de 2002 as contas do Banco foram auditadas pela empresa Deloitte & Touche.
- 1.5 A disponibilidade e o apoio que para o desempenho das nossas funções nos foram concedidas pelo Conselho de Administração são dignas do nosso agradecimento.

## 2. Parecer

- 2.1 Os critérios de gestão aplicados pela Administração e pela Comissão Executiva, determinaram que ao encerrar o exercício de 2002, o Banco tenha de novo apresentado resultado Líquido Positivo.
- 2.2 Em conclusão e face ao que procede somos de PARECER:





- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço a Demonstração dos Resultados e os seus anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.
- b) que aos resultados do exercício seja dada a aplicação proposta pelo Conselho de Administração
- c) que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como foi extensivo esse voto de louvor a todos os que pelo seu zelo e dedicação contribuíram para os resultados alcançados.

Praia, 15 de Maio de 2003

O Conselho Fiscal

Presidente:



Vogal:



Vogal:

